

Revisitando formulações econômicas mercantis para a União Soviética: o modelo “preliminar” de Lenin

*Paulo Antônio de Freitas Balanco*¹

*Antonio Renildo Santana Souza*²

Resumo: A finalidade deste artigo é analisar as formulações de Lenin para o desenvolvimento da União Soviética imediatamente após a consolidação da tomada do poder pelos bolcheviques. Argumenta-se que Lenin, tendo em vista os conceitos de *transição ao socialismo* e *acumulação socialista*, e considerando os elementos históricos e estruturais inerentes à Rússia atrasada, opta por soluções de desenvolvimento econômico de natureza mercantil-capitalistas, as quais compõem, contraditoriamente, um modelo coerente com princípios socialistas.

Palavras-chave: Socialismo e mercado. Transição ao socialismo. União Soviética.

Abstract: The purpose of this article is to analyze Lenin’s formulations for the development of the Soviet Union immediately after the consolidation of the Bolshevik power. We discuss that Lenin, based in concepts of *transition to the socialism* and *socialist accumulation*, and considering the historical and structural elements inherent to late Russia, opts for mercantile-capitalist economic development solutions, which, contradictorily, compose a coherent model with socialist fundamentals

Key-words: Socialism and market. Transition to the socialism. Soviet Union.

¹ Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: balanco@ufba.br

² Doutor em Administração pela UFBA. Professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFBA. E-mail: renildossouza@gmail.com

1 Introdução

As transformações econômicas e políticas enfrentadas pela humanidade pós 1990, entre as quais se destacam o fim dos regimes articulados pela União Soviética, conjugadas com os desdobramentos do capitalismo, particularmente a integração da China como novo eixo econômico-geográfico da acumulação de capital, eventos que fizeram emergir novos elementos relativamente às possibilidades do socialismo, permitem afirmar que não seria ocioso, ainda, meditar a respeito do esforço teórico-conceitual relativo ao desenvolvimento econômico da União Soviética em seus primórdios.

Nesse sentido, neste artigo, procura-se analisar determinada formulação teórica elaborada por Lenin acerca do desenvolvimento econômico da União Soviética (URSS) imediatamente após a consolidação dos bolcheviques no poder. Para isso, enquadra-se a análise em dois pressupostos, a saber, o conceitos de *transição ao socialismo* e da *acumulação socialista*. Assim, no que tange à URSS, a acumulação socialista era entendida como uma etapa particular onde seriam reunidos os elementos que, embora ainda expressando relações mercantis-capitalistas de produção, não poderiam ser ignorados como componentes do dispositivo econômico da transição. Esta postura encontra-se em concordância, antes de tudo, com o entendimento de que medidas econômicas inauditas deveriam ser adotadas vinculadas às necessidades de um país atrasado que procurava criar as bases para o socialismo. Dessa forma, uma etapa histórica de desenvolvimento econômico similar ao capitalismo não poderia ser negada enquanto suas manifestações materiais.

No início da década de 1920 a Rússia revolucionária apresentava condições econômicas marcadamente excepcionais, evidenciadas por determinadas particularidades quanto ao desenvolvimento histórico de sua economia e por circunstâncias conjunturais de funcionamento de seu aparelho econômico, o qual, naquela oportunidade, encontrava-se fortemente debilitado. Tais condições reforçavam o entendimento de que ao país seria imprescindível o emprego de procedimentos mercantis e capitalistas como, em particular, o mercado, o lucro, o cálculo econômico

e o dinheiro. Mas, provavelmente, a evolução das formulações econômicas para a concepção de modelos que consideravam decididamente a aplicação de elementos mercantis tenha refletido muito mais uma correção de rumos influenciada pelas condições de natureza estrutural e histórica da Rússia do que o predomínio das pressões emanadas da situação conjuntural demandadora de atitudes emergenciais.

Quer dizer, após a tomada do poder em 1917, seria inevitável a constatação do equívoco representado pela aplicação de mecanismos econômicos em perfeita identidade com uma solução “puramente” socialista, como bem demonstrou a experiência frustrada do Comunismo de Guerra. Evidentemente, em contrapartida, o ineditismo da economia “mista” em funcionamento num “Estado Operário”, para gozar da coerência exigida pelos fins a que se propunha o referido projeto de desenvolvimento, deveria se fazer presente privilegiando-se o escopo dos princípios inerentes ao controle e direção operárias, presumindo, conseqüentemente, a utilização em simultâneo da planificação econômica identificada com a perspectiva histórica do socialismo.

Por conseguinte, neste artigo procura-se avaliar criticamente elaborações econômicas representativas de reflexões que procuravam responder às exigências interpostas pela acumulação socialista por intermédio de uma organização econômica “mista”. Tais elaborações são encontradas entre os principais expoentes da direção revolucionária bolchevique, os quais, evidentemente, possuíam talento teórico e analítico para a interpretação da economia política em bases marxistas. Faziam-nas, uns mais abstratamente, outros menos, e, além disso, destacavam-se pela capacidade de influenciar a formação de opinião e tomada de decisões, obviamente, ao mesmo tempo, por cumprirem o papel de quadros políticos da maior relevância. Assim, podem ser destacadas alternativas desenvolvimentistas do socialismo, convergentes e conflitantes, tais como o conceito de “capitalismo de Estado” de Lenin, a formulação industrializante internacional de Trotsky, o conceito de “socialismo evolucionário” de Bukharin e a “lei da acumulação socialista primitiva” de Preobrazhensky.

Entretanto, aqui, dar-se-á atenção às contribuições de Lenin, provavelmente o dirigente revolucionário de maior destaque nos primeiros anos da trajetória soviética.

As formulações de Lenin procuraram responder aos fundamentos da transição da Rússia do capitalismo ao socialismo aproximando-se ou afastando-se dos pressupostos da acumulação socialista que lhe é correspondente. As propostas deste autor, nesse sentido, estão contidas em textos escritos, sobretudo, a partir de 1920, quando se evidenciara que o Comunismo de Guerra representava um conjunto de medidas tão somente de caráter emergencial. As ideias de Lenin acerca da questão principal aqui abordada se consolidaram, sobretudo, entre 1920 e 1923 e, em diferentes intensidades, representam transformações em suas reflexões e, ao mesmo tempo, significam, em grande medida, o abandono de concepções elaboradas no período pré-revolucionário e nos primeiros anos após a tomada do poder.

Destaca-se, assim, uma preocupação particular de ordem metodológica coerente com o espírito geral que conduz a elaboração deste trabalho e que estabelece uma demarcação temporal relativa aos acontecimentos decisivos explicativos dos acontecimentos futuros. Foi nos primeiros anos da década de 1920 que ocorreu uma confluência das reflexões quanto ao fundo comum sobre o qual deveriam ser pensadas as soluções econômicas apropriadas para o desenvolvimento econômico da URSS. Tornara-se unanimidade entre os bolcheviques a constatação da impossibilidade da passagem direta, ou do “salto não-dialético” (DAY, 1988), para o socialismo. Logo, passara a ser visto como sinal de pobreza teórica e intransigência anti-dialética as proposições que apontavam para a abolição automática do mercado, do dinheiro etc. Ao mesmo tempo, ainda no terreno dos procedimentos metodológicos adequados, revisitar a discussão da década de 1920 é extremante relevante por ter ocorrido com base numa constatação de ordem teórica decisiva, qual seja, a necessidade de implantação de um desenvolvimento econômico interno sem interrupção das relações com o mundo exterior, atitude que representava o reconhecimento do não isolamento do país como um

pressuposto desse mecanismo desenvolvimentista. Como se sabe, no final deste mesmo período, em paralelo, Stalin lançava os fundamentos de sua teorização da nacionalização do socialismo, o que revelaria quão contraditório ele se colocaria frente às opiniões mais representativas do bolchevismo na época.

Ver-se-á as formulações econômicas de Lenin, que incidem na escolha da agricultura camponesa russa como fonte primária de financiamento do desenvolvimento industrial, como pré-condição para uma caminhada de desenvolvimento gradual em direção ao socialismo, no contexto das relações econômicas internacionais.

Dessa maneira, a análise das ideias de Lenin será efetuada com a preocupação de localizar as formulações elaboradas no período mencionado, mediante textos distintos, procurando compor um quadro homogêneo e coerente que poderia ser identificado como a constituição do “modelo” do autor em questão relativo à transição e à acumulação socialistas para a URSS.

2 O modelo “preliminar” de Lenin: acumulação privada, tributação e cooperação, com *capitalismo de Estado*

2.1 Aspectos históricos, condições materiais e opções teóricas

O estudo proposto neste artigo adota como roteiro determinadas contribuições de Lenin. Considerando o universo dos autores e dos debates acima mencionados, destacá-las torna-se obrigatório no que respeita à localização das origens do marco referencial acerca do desenvolvimento econômico soviético. Por um lado, porque partiram da iniciativa de Lenin as proposições que se transformaram nas primeiras medidas oficiais adotadas na URSS associando socialismo e capitalismo, substituindo o modelo em vigência até então, que supostamente representava o socialismo total, o Comunismo de Guerra. E, por outro lado, porque parte dessas concepções, uma vez adotadas emergencialmente, contando com a concordância dos demais autores aqui analisados, estimularam-os a se preocuparem com concepções mais sistêmicas visando o desenvolvimento econômico na transição ao socialismo.

Explica-se: a análise em questão padeceria de coerência se estivesse ausente essa localização cronológica, já que as resoluções adotadas sob influência de Lenin se apresentam como ponto de partida para uma rica construção teórica que viria a seguir, além do que, o próprio Lenin não teria oportunidade de realizar contribuições mais abrangentes em virtude da doença prolongada que o acometeu e que o levaria à morte em janeiro de 1924. Daí, o caráter “preliminar” daquelas suas contribuições, pois foram as primeiras colocadas em prática na reconstrução pós guerra civil, porque tornaram-se elementos referenciais para os desenvolvimentos teóricos e práticos que se seguiriam à sua aprovação na primavera de 1921 e, também, porque, supõe-se, seriam primeiras análises de Lenin que deveriam formar um conjunto mais abrangente.

Antes de tudo faz-se necessário localizar os contornos teóricos que se apresentam como suportes interpretativos da evolução histórica russa dentro dos quais Lenin faz suas reflexões de ordem econômica relativas ao desenvolvimento soviético. Tratando-se da tomada do poder pelo proletariado num país relativamente atrasado, o desenvolvimento econômico espelharia os interesses históricos da classe que dirigira o processo revolucionário. Desta maneira, a burguesia teria seu projeto histórico abortado, o que não significava que, na transição, expressões econômicas e jurídicas capitalistas não pudessem ser adotadas. Se fosse assim, o emprego das mesmas seria conduzido pelo próprio proletariado, o que representaria a *permanência* da revolução dirigida por si próprio. O processo intermitente que transforma a revolução burguesa em revolução proletária por obra da iniciativa da classe operária coloca de forma objetiva a necessidade de um determinado “desenvolvimento capitalista” sem a ação dirigente da burguesia.

Tal era a natureza das condições objetivas que vieram à tona uma vez passado o tormento representado sobretudo pela guerra civil. Por essa razão, acredita-se que os autores estudados tinham como referência ao efetuarem essa reflexão, negando-a ou adotando-a, explícita e implicitamente, o conceito da revolução permanente (TROTSKY, 1979). Nesse sentido, as palavras de Lenin, diretamente, escritas em outubro de

1921, quando a revolução completava seu quarto aniversário e a NEP dava seus primeiros passos, não deixam margens a dúvidas:

[...] A tarefa imediata e direta da revolução na Rússia era uma tarefa democrático-burguesa: derrubar os restos de medievalismo, varrê-los definitivamente, limpar a Rússia dessa barbárie, dessa vergonha, desse enorme entrave para toda a cultura e todo o progresso no nosso país. [...] Os quatro últimos anos confirmaram plenamente a justeza de nossa interpretação do marxismo sobre este ponto, do nosso modo de aproveitar a experiência das revoluções anteriores. Levamos, como ninguém, a revolução democrático-burguesa *até o fim*. É de modo perfeitamente consciente, firme e inflexível que avançamos para a revolução socialista, sabendo que ela não está separada da revolução democrático-burguesa por uma muralha da china, sabendo que *só* a luta decidirá em que medida conseguiremos (em última análise) avançar, que parte da nossa tarefa infinitamente grande cumpriremos, que parte das nossas vitórias consolidaremos [...] (LENIN, 1979a, p. 544, grifos no original).

Antes de prosseguirmos faz-se necessário algumas palavras a respeito do Comunismo de Guerra. Este foi o termo dado à organização da economia que prevaleceu nos três primeiros anos após a tomada do poder. Representou, na prática, um conjunto de medidas voltadas exclusivamente para o suprimento das frentes de batalha, posto que, depois de outubro de 1917, iniciou-se a guerra civil contra a reação, que perduraria até 1920. A manutenção do poder em mãos do proletariado, como não poderia deixar de ser, tornou-se o objetivo prioritário. Buscou-se, então, manter em funcionamento as indústrias de guerra e tirar o máximo proveito das escassas reservas visando salvar da fome a população das cidades. De acordo com as palavras de Trotsky (1980, p. 19) “[...] o comunismo de guerra foi, no fundo, a regulamentação do consumo numa fortaleza sitiada. [...]”. Toda a produção teve sua distribuição centralizada segundo determinações do Partido e do Estado e, particularmente, no que concerne à agricultura, os camponeses entregavam compulsoriamente parte do volume que produziam mediante um confisco determinado

pelas autoridades e recolhido pelos destacamentos armados de soldados e operários. Na prática, sobretudo a respeito dos cereais, o que era recolhido correspondia a toda a produção que excedia ao consumo familiar do camponês.

Nessa situação particular, deixando-se equivocar pela excepcionalidade, os próprios bolcheviques vislucbraram a possibilidade de implantação de uma economia totalmente dirigida abrangendo a produção, assim como o consumo. E pensava-se que pouco a pouco haveria uma passagem do Comunismo de Guerra para o verdadeiro comunismo. Tratava-se de um erro teórico que adquiria uma caráter de utopia face a falha de uma previsão fundamental, qual seja, a vitória da revolução no ocidente.

Antes de também se equivocar a respeito das possibilidades socialistas do Comunismo de Guerra, Lenin, contudo, tinha consciência de que não seria possível uma passagem direta para uma economia totalmente planejada. São bem conhecidas suas posições em 1917 antes da tomada do poder pelos bolcheviques. Ele acreditava, ao ressaltar a presença de uma população camponesa esmagadora na Rússia, que o mercado deveria se fazer presente ainda por um longo tempo como mecanismo componente da tentativa de solução do problema da fome da população e como fator de impulsionamento da acumulação socialista. Nas célebres *Teses de abril*, que ficaram conhecidas em abril de 1917, a tese de número 8 diz o seguinte: “Nossa tarefa *imediata não é* ‘introduzir’ o socialismo, mas tão-somente passar imediatamente o *controle* da produção social e da distribuição dos produtos aos soviets dos deputados [...]” (LENIN, 1979b, p. 27, grifos no original).

Concomitantemente ao fim da guerra civil, Lenin voltaria suas atenções para mecanismos econômicos que substituíssem o Comunismo de Guerra, procurando com isso incorporar em suas reflexões a inexorabilidade das condições reais. O fulcro das ideias de Lenin, nesta fase a respeito dos mecanismos econômicos que espelhavam a necessidade de utilização dos procedimentos mercantis-capitalistas no primeiro Estado operário da história da humanidade, pode ser encontrado

em dois textos dados a conhecer no período março-abril de 1921. Os mesmos deram o suporte conceitual e argumentativo aos decretos que formalizaram a implementação do modelo econômico que ocuparia o lugar do Comunismo de Guerra, a qual passou a ser conhecida como a Nova Economia Política (NEP). Trata-se do *Relatório sobre a substituição das requisições pelo imposto em espécie* (1979a, p. 479-485) e *O imposto em espécie: o significado da Nova Política Econômica e suas condições* (1987). Todavia, embora a NEP não tenha sido estabelecida em todos os seus elementos constitutivos de uma única vez, mas, sim, gradualmente, através de medidas parciais, estes dois textos podem ser considerados como portadores de sua concepção genérica.³

Uma interpretação flexível do conceito de modo de produção levou Lenin a considerar como indispensável em suas reflexões sobre a organização da economia soviética a **dialética da economia de transição**. Mesmo concluindo que o modo de produção soviético pressupunha um Estado socialista, inferiu que um sistema econômico internamente contraditório, com uma combinação de vários modos de produção, não deveria ser artificialmente inserido dentro de um formato socialista “puro”. Disto decorre que o elemento teórico que justificaria a planificação socialista, segundo aquele formato, seria incompatível com as necessidades originadas das circunstâncias empíricas (DAY, 1988, p. 3-6).

Por seu lado, essas “circunstâncias empíricas” adquirem o estatuto de formações econômicas que pedem o desenvolvimento, até determinados limites, de relações mercantis-capitalistas. Então, a dialética da economia de transição deverá traduzir a contradição representada pela utilização de mecanismos inerentes à economia capitalista e individual, e da própria burguesia e do produtor privado enquanto expressão social do conhecimento econômico, num Estado onde a burguesia não detém o poder político.

Acredita-se, é uma convergência com o sentido da revolução permanente. Lenin afirma que num país atrasado, em que sua população é majoritariamente constituída de pequenos camponeses, há a exigência

³ A primeira resolução sobre a NEP foi submetida ao Comitê Central do partido em 24 de fevereiro de 1921. Ver CARR, 1979, p. 298 et seq.

de uma série de medidas transicionais para que a revolução socialista tenha êxito. São medidas chamadas por ele de “especiais” pela simples razão de que o proletariado, ou os trabalhadores assalariados, inclusive na agricultura, não constituem a maioria da população e, por conseguinte, encontrava-se ausente da Rússia a base de apoio para uma transição “direta” ao socialismo, dado que esta maioria só seria encontrável num país capitalista desenvolvido, isto é, naqueles onde as relações pré-capitalistas já estivessem completamente sepultadas (LENIN, 1979a, p. 474).

Por isso, afirmará conseqüentemente que o Estado teria o regime da ditadura do proletariado, devendo este último formar uma aliança com o campesinato. Tratava-se, de fato, de um acordo, o qual espelharia um conceito amplo que comportaria uma série de medidas transitórias. Este acordo seria muito mais significativo diante do adiamento da perspectiva internacionalista da revolução proletária. Posto que esta implicava a tomada do poder pelo proletariado nos países capitalistas desenvolvidos da Europa, a sua concretização deveria resultar no exercício de uma natural solidariedade com a URSS na forma da transferência das forças produtivas desenvolvidas para o território soviético, o que, sem dúvida, dispensaria consideravelmente a utilização daquelas medidas “especiais”.

Se a Revolução Russa levara a cabo a realização de uma tarefa típica fundamental da burguesia nos países que conheceram pioneiramente o capitalismo, qual seja, a democratização da terra, por outro lado, uma situação objetiva, com dois componentes, apresentava-se inapelavelmente. Tratava-se, obviamente, em primeiro lugar, de um elemento não presente no escopo teórico da revolução permanente. Refere-se à imensa destruição operada no espaço econômico soviético pelas ações inerentes à Primeira Guerra mundial e à guerra civil, transcorridas continuamente no período 1914-1920, resultando numa enorme retração da produção agrícola e industrial, e colocando na ordem do dia a necessidade de utilização de meios que forçassem a retomada da produção como condição obrigatória de garantia de existência dos próprios indivíduos. Em segundo lugar, destacava-se um elemento “natural” da moldura teórica da revolução permanente. Inerente ao atraso econômico, expressava a tradução da

objetividade histórica imposta por intermédio da cultura e da psicologia camponesas, conformadoras do espírito individualista da acumulação e da livre iniciativa próprios do ambiente mercantil.

Falando como um porta-voz do proletariado, ressaltando a necessidade do cancelamento do expediente das requisições compulsórias dos excedentes agrícolas que vigoraram durante o comunismo de guerra, Lenin diz:

[...] Em todo o caso não devemos ocultar nada, mas devemos dizer diretamente que o campesinato está descontente com a forma das relações estabelecidas entre eles e nós, que não quer esta forma de relações e que não está disposto a continuar assim. Isto é indiscutível. Esta vontade manifestou-se determinadamente. É a vontade das enormes massas da população trabalhadora [...]. Repito que isto não é de estranhar, porque a obra da transformação do pequeno agricultor, da transformação de toda a sua psicologia e de todos os seus hábitos, é obra de várias gerações. Só a base material, a técnica, a utilização em grande escala de tratores e máquinas na agricultura, a eletrificação em grande escala, podem resolver este problema em relação ao pequeno agricultor, sanear, por assim dizer, toda a sua psicologia. Eis o que poderia transformar radicalmente e com enorme rapidez o pequeno agricultor. Se eu digo que são necessárias gerações, isto não significa que sejam necessários séculos. Compreendeis perfeitamente que, em qualquer caso, são precisos pelo menos vários decênios para conseguir tratores e máquinas e eletrificar um país imenso. Tal é a situação objetiva [...] (LENIN, 1979a, p. 475-476).

Contraditoriamente previsto pela teoria da revolução permanente, uma forma particular de desenvolvimento capitalista deveria ser realizado no espaço de um Estado formalmente socialista. Formal não no sentido de apresentar-se como uma situação de direito, mas, antes de tudo, por espelhar a concretização de relações jurídicas quanto à posse dos meios de produção, agora socializados, possibilitada pela detenção do poder político. Este desenvolvimento teria lugar, num primeiro momento, mediante a liberdade restabelecida de circulação de mercadorias para o pequeno produtor privado.

3 Agricultura camponesa, tributação e o financiamento da indústria

Porém, a opção pelo incentivo à circulação de mercadorias deveria estar inscrita em uma fórmula da qual participaria também o Estado. Assim, se este pudesse reter em suas mãos uma parcela da produção daqueles que naturalmente seriam levados às trocas de mercadorias, representaria uma pré-condição para que o Estado pudesse acionar a indústria estatal, produzindo as mercadorias constituidoras da demanda industrial do camponês e, por conseguinte, adquirindo nas trocas de mercadorias um poder econômico inerente ao poder político do proletariado que sairia fortalecido sem ter suas raízes comprometidas.

A reativação da circulação de mercadorias torna-se, como já se observou, uma necessidade imperiosa, antes de adquirir a condição normativa de peça perfeitamente lógica no mecanismo econômico soviético. O retorno das trocas de mercadorias, que deveria provocar, antes de tudo, um incentivo ao camponês, elevando a produção agrícola e permitindo a formação de excedentes comercializáveis, foi possível mediante um expediente tributário simples, porém incomum naquela altura do século 20, mesmo que se considere a Rússia da década de 1920 um país fortemente pré-capitalista: o *imposto em espécie* sobre a produção agrícola, na verdade uma variante de imposto direto pago com o próprio bem produzido. Este imposto supriria imediatamente parte da demanda alimentar das populações urbanas e do proletariado e permitiria o fornecimento de matérias primas à indústria num primeiro estágio da recuperação econômica. Adicionalmente, o excedente líquido não consumido pelo camponês ganharia o caminho das trocas comerciais livres, o que só seria possível em presença do dinheiro, que deveria ter suas funções primordiais de meio de troca e reserva de valor restaurados. De posse do dinheiro o camponês voltaria-se para às indústrias em busca de bens de consumo pessoal manufaturados e equipamentos, além de outros bens agrícolas industrializados. A indústria teria, então, imediatamente, um fator estimulador da sua reativação.

Segundo a avaliação de Lenin, no período que se iniciava imediatamente após o fim da guerra civil, a grande indústria,

majoritariamente estatal, não poderia ser recuperada rapidamente e, assim, o auxílio para o indispensável crescimento das forças produtivas da agricultura aconselhava, no curtíssimo prazo, a restauração da pequena indústria. Entende-se que, provisoriamente, nem toda demanda industrial da economia agrícola poderia ser preenchida, questão que reforçava a presença do imposto, mas, por sua vez, apontava para a necessidade de criação dos meios que conduzissem à instalação das fundações da verdadeira modernização soviética, ou seja, à industrialização do país em grande escala.

Não é possível admitir o socialismo sem industrialização, já dizia Marx. Pela simples razão de que o socialismo representa a conseqüência da expansão do capitalismo, só a utilização das forças produtivas em nível igual ou superior àquelas mais desenvolvidas que este último possa alcançar podem caracterizar um país como verdadeiramente socialista no que se refere ao seu conteúdo econômico. Antes que isso possa acontecer, um país que tenha realizado uma revolução, na qual os trabalhadores assumam o poder e socializem os meios de produção, estará apenas transitando para o socialismo.

4 Industrialização e Capitalismo de Estado

É baseado nesta percepção que Lenin elabora o segundo pilar de seu arcabouço desenvolvimentista, sendo este voltado, principalmente, para o crescimento industrial numa etapa que poderia ser chamada de lançamento das bases da industrialização. Aqui é necessário destacar que este objetivo está relacionado com a utilização da capacidade de organização econômica permitida pela condição de classe dominante exercida pelo proletariado. As forças produtivas industriais que pertenciam exclusivamente ao Estado não padeciam dos problemas inerentes à atomização das unidades produtivas verificada no campo. Relativamente à agricultura, a indústria apresentava-se como sua antítese, o que possibilitava outra racionalidade econômica, ou seja, aquela implícita à objetividade, à previsão e ao direcionamento consciente da produção.

Se na agricultura, embora sob determinadas restrições, prevalecia o espontaneísmo peculiar à iniciativa privada, na atividade industrial deveria se fazer presente, com mais ênfase, o direcionamento conduzido pelo Estado operário em busca de objetivos previamente estabelecidos, o que implicaria o emprego da noção de planificação socialista.

Embora se destaque essa preocupação de reter nas mãos do Estado socialista a orientação do processo de desenvolvimento industrial, a solução avançada por Lenin, contraditoriamente, significava o recurso à medidas organizativas de caráter capitalista. Lenin propunha que o Estado entregasse conscientemente parte de suas indústrias à burguesia, segundo determinada fórmula, sem transferir-lhes a propriedade das mesmas. Levando em conta o atraso histórico da URSS, se espelhava naquilo que havia de mais desenvolvido em termos da organização da produção e das forças produtivas nos países capitalistas mais avançados.

Lenin pensava no “capitalismo de Estado”, que, segundo ele, expressava o mecanismo mais “progressista” da regulação econômica em determinados países capitalistas desenvolvidos. Apesar do corte cronológico aqui adotado, na verdade, a conceituação do capitalismo de Estado já fora efetuada por Lenin anteriormente a 1921, particularmente em textos editados durante o ano de 1918 quando de sua polêmica com os Comunistas de Esquerda, que tinham em Bukharin um de seus principais líderes, a respeito do conceito da transição ao socialismo. Preocupava-se principalmente com a Alemanha no contexto da etapa *imperialista* na qual mergulhara o capitalismo a partir do início do século XX, como ele próprio conceituara em seu importante livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Consta, então, que a trustificação das unidades produtivas, característica peculiar das empresas capitalistas privadas nesta nova fase da monopolização da economia, em face, sobretudo da preparação imperialista da guerra, conforma-se num “truste capitalista de Estado” cujo desenvolvimento mais completo apresenta-se enquanto um processo de centralização acelerada da atividade econômica (GERRATANA, 1987, p. 19).

Segundo Victor Meyer Nascimento, a política desta época é marcada pela orientação das posições de Lenin que consistia em

desenvolver o capitalismo rumo ao capitalismo de Estado e deste em direção ao socialismo. O objetivo seria o de concentrar a indústria na linha do capitalismo de Estado, mas apresentava-se, também, especialmente, como o *controle operário* sobre o mesmo. Tratava-se, então, no que respeita às diretrizes da política industrial, de forçar a passagem do capitalismo privado e da pequena produção para o capitalismo de Estado, de não temer o capitalismo, mas de controlá-lo. O autor ressalta, então, que essa política suscitava duas ordens de questões: uma teórica, relativa ao fenômeno do capitalismo de Estado, nestas condições, algo novo e paradoxal, e uma segunda, histórica, remetida à constatação do propolado controle do capitalismo de Estado pelos trabalhadores como determinado pelos decretos legais que estabeleceram a implantação da NEP (MEYER NASCIMENTO, 1993, p. 45-50).

Em certa medida pode-se afirmar que o capitalismo de Estado, tal como se configurou em determinados países capitalistas desenvolvidos, representava um regime de acumulação capitalista no qual temporariamente o Estado ocupava a função de regulador, substituindo parcialmente a lei do valor no processo de acumulação. Contudo, na situação soviética, de acordo com a argumentação de Lenin, os meios de produção estavam socializados e a acumulação teria, mesmo diante da unidade dialética contraditória que reúne elementos capitalistas e socialistas, obviamente, uma conotação socialista, num sentido tal em que a lei do valor estaria submetida ao planejamento objetivando sua supressão, enquanto que nos países capitalistas em que o capitalismo de Estado se apresentava o planejamento a substitui dentro de certo espaço de tempo, mas a preserva para sua posterior reabilitação plena.

Ao mesmo tempo, depreende-se que, ao interior da formulação de Lenin, o significado da planificação econômica soviética nesta fase teria como tradução a iniciativa voltada para a implantação de uma versão particular do capitalismo de Estado. Isso porque nos países capitalistas adiantados, que serviam como modelo para Lenin, a evolução até à possibilidade do capitalismo de Estado significou um desenvolvimento histórico natural do modo de produção capitalista, de tal forma que

a concentração e a centralização do capital assumem a forma de uma monopolização extrema da economia. Por outro lado, em virtude do atraso histórico russo, no qual era possível constatar-se a inexistência do próprio mercado interno, um capitalismo de Estado não poderia passar a existir espontaneamente mesmo que as barreiras pré-capitalistas fossem abolidas radicalmente, o que, diga-se de passagem, não aconteceu imediatamente depois do advento da revolução proletária. E, além disso, no caso concreto da situação pós-revolucionária, esta hipótese seria totalmente remota em virtude da consolidação do poder nas mãos dos Bolcheviques sob a formulação da ditadura do proletariado. Assim, de posse do controle dos meios de produção, sobretudo aqueles pertencentes ao meio industrial, o capitalismo de Estado sobre solo russo deveria ser “criado”, ou “inventado”, conhecendo sua gênese a partir de uma iniciativa consciente do poder estatal tendo como base os traços da grande indústria já presentes na Rússia antes da revolução de 1917.

A adaptação do conceito de capitalismo de Estado a um modelo de desenvolvimento econômico para a URSS significava para Lenin (1987, p. 159) que

[...] todo o problema – tanto teórico como prático – está em encontrar os métodos certos para levar o inevitável (até certo grau e prazo determinado) desenvolvimento do capitalismo em direção ao capitalismo de Estado, e definir em que condições fazê-lo e como assegurar, num futuro próximo, a transformação do capitalismo de Estado em socialismo.

Há que se afirmar, contudo, que o capitalismo de Estado proposto por Lenin referia-se a um dos elementos de economia social a se fazer presente na URSS, juntamente com a economia camponesa patriarcal, a pequena produção mercantil, o capitalismo privado e o socialismo. Tratar-se-ia, bem entendido, de um setor particular da economia, embora de importância estratégica decisiva, não significando a definição de um suposto modo de produção existente no espaço soviético. Tanto é verdade que Lenin faz questão de ressaltar que este seria um capitalismo

de Estado especial ou particular. Afinal, na URSS a burguesia teria tão somente a autorização para organizar e administrar determinadas unidades produtivas fabris e comerciais, com a contrapartida do lucro, é verdade, mas não se constituiria numa classe dominante que disporia do aparelho de Estado para seus propósitos políticos. Além do mais, socialismo e capitalismo de Estado não deveriam ser entendidos como um bloco homogêneo. Eles deveriam ligar-se entre si, mas guardariam posição de exclusão um perante o outro.

Dessa maneira, não é possível deixar de observar, na construção da fórmula do capitalismo de Estado soviético, a preocupação leninista de traduzir em mecanismos econômicos, práticos e factíveis, o conteúdo da teoria da revolução permanente que supõe a passagem do país ao socialismo com a exigência do desenvolvimento das forças produtivas ainda em caráter capitalista, mas sob condução do proletariado. E pode-se afirmar, também, que esse mecanismo de desenvolvimento é inerente à necessidade de uma acumulação socialista primitiva. Lenin preocupava-se com a formação de uma base para o desenvolvimento industrial. Esta deveria ser constituída, em parte, pelo capitalismo de Estado lançando mão da exploração do trabalho assalariado, quer dizer, recorrendo à mais-valia como fonte de excedente. Porém, deve-se afirmar que este não seria um privilégio das empresas sob o capitalismo de Estado, das empresas cedidas sob concessão aos capitalistas, mas também das próprias empresas estritamente estatais que continuariam a empregar seus trabalhadores sob a condição de assalariados, isto é, percebendo um salário individual.

O principal mecanismo operacional deste processo são as concessões, que seriam acordos que o poder proletário firmaria com o capitalismo de Estado, na verdade, apresentando-se como seu implantador. Em 1921 Lenin acreditava que a situação internacional da URSS tinha melhorado consideravelmente em termos de uma ameaça de intervenção estrangeira ou de um cerco econômico. Isso solucionava, em certa medida, o problema da obtenção de mercadorias para a satisfação do direito da liberdade de comércio pela oportunidade que dava ao poder proletário de estabelecer medidas econômicas, pelo alto, na forma de

um bloco com o capital estrangeiro, que poderiam levar imediatamente recursos para o interior da economia soviética no sentido da recuperação mais rápida da indústria:

[...] O que são as concessões nas condições do sistema soviético, a partir do enfoque das formações econômico-sociais e da correlação entre elas? Representam um acordo, um bloco, um pacto do poder soviético, ou seja, do poder estatal proletário com o capitalismo de Estado, contra o elemento pequeno-proprietário (elemento patriarcal e pequeno-burguês). O concessionário é um capitalista. Dirige as empresas à maneira capitalista, com o objetivo de obter lucro, estabelecendo um acordo com o poder proletário tendo a finalidade de obter lucros extras, superlucros, ou tendo a finalidade de obter um tipo de matéria-prima que não poderia obter ou dificilmente conseguiria de outro modo. O poder soviético obtém vantagens na forma de desenvolvimento das forças produtivas, do aumento imediato ou a curto prazo da quantidade de produtos (LENIN, 1987, p. 159-160).

É importante ter em mente que uma peça do mecanismo econômico proposto por Lenin, aquele representado pela adoção do imposto em espécie, deveria responder à necessidade de desenvolvimento do socialismo, valendo-se do meio pequeno-burguês, mas procurando conduzi-lo ao desaparecimento como norma. Este desaparecimento, quando concretizado, estaria a demonstrar que determinadas condições econômico-sociais já estariam estabelecidas. Isto porque, quando Lenin falava dos acordos especiais que o proletariado deveria encetar com o campesinato, queria chamar atenção para o caráter contraditório das relações entre as classes dentro do universo soviético.

Seria uma forma de ressaltar os conflitos entre duas tendências econômicas que se opõem, o elemento individualista pequeno-burguês e o elemento socialista proletário. Com base no interesse individual, visando o incentivo pessoal, apoiadas no cálculo econômico, deveriam ser lançadas as pontes que conduziriam, num país de pequenos camponeses, ao socialismo através do capitalismo de Estado (LENIN, 1979a, p. 549). Este processo representaria não uma passagem, como se fosse uma

metamorfose, do meio pequeno-burguês em socialista, mas, antes de tudo, uma luta entre as duas partes, na qual a expressão socialista partia em vantagem em face do controle que exercia sobre o poder político e as principais forças produtivas.

Uma conclusão importante a ser extraída dessa interpretação acerca da qualidade das relações sociais na URSS é aquela que nos indica uma nítida rejeição por parte de Lenin de um “monismo” teórico que descarta a contradição e, portanto, justificaria a possibilidade da passagem ao socialismo sem a transição. Em particular, a título de contraponto, semelhante argumentação foi defendida por Bukharin na polêmica com Lenin já mencionada. E até 1920, quando publicou *Teoria econômica do período de transição* (BUKHARIN, 1982, 1990) ainda defendia tal argumento. Neste, Bukharin procura defender a existência de uma “unidade” nas relações sociais dentro da Rússia pós revolucionária, fato que descartaria a possibilidade da coexistência em seu interior do capitalismo de Estado com os fundamentos da ditadura do proletariado; em outras palavras, esta unidade revelaria a não necessidade de uma economia transicional mista. Esta sua visão surgira da sua interpretação de que nos Estados capitalistas se formara um “capitalismo coletivo”, o qual representaria um sistema englobando todas as manifestações capitalistas particulares em nome de uma razão universal do Estado imperialista. Por analogia, a ditadura do proletariado seria um regime tão universal quanto aquele, representando um capitalismo de Estado *à avessas*, dialeticamente convertido em seu oposto. Este é, sem dúvida, um desenvolvimento teórico que nega a transição, onde a forma prevalece sobre o conteúdo (DAY, 1988, p. 7).

Na transição em Lenin há uma prioridade para os elementos concretos da realidade, daí o desdobramento dessa análise, em termos da política econômica, em procedimentos revestidos de ênfase no pragmatismo. Sua análise é menos abstrata e as formas adotadas estão despidas do purismo presente nas análises de outros de seus companheiros. Rejeitada a possibilidade de uniformidade, Lenin fará questão de destacar que, com a implantação do capitalismo de Estado na forma de concessões, haveria um fortalecimento da grande produção

contra a pequena, da produção avançada contra a atrasada, da produção centrada na maquinaria contra aquela realizada manualmente e, assim, reforçando as relações econômicas reguladas pelo Estado operário contra aquelas pequeno-burguesas anárquicas. Este seria o resultado positivo que o socialismo adquiriria por ter que pagar um “tributo” ao capitalismo mais culto e adiantado da Europa ocidental, pois o Estado não dispunha suficientemente de capital, máquinas, meios de transportes etc. (LENIN, 1987, p. 160-161).

Antes de se passar ao terceiro dispositivo importante do modelo leninista de desenvolvimento, a cooperação, convém falar rapidamente de outro instrumento fundamental de política econômica incorporado ao modelo de Lenin. Trata-se do monopólio do comércio exterior, sem o qual não seria possível estabelecer meios eficientes para a proteção e organização da economia interna contra os efeitos da lei do valor em seus movimentos originados do mercado mundial.

Sabidamente, a economia soviética, em particular sua indústria, em face do atraso de suas forças produtivas em relação aos países capitalistas mais desenvolvidos, estava em enorme desvantagem competitiva. A inexistência de uma barreira protecionista eficaz implicava diretamente na impossibilidade da construção das fundações de uma indústria nacional tão necessária e almejada. Ademais, no caso das posições de Lenin, o monopólio do comércio externo à disposição do Estado apresentava-se como um complemento natural de seu papel orientador do poder político em relação ao desenvolvimento e no exercício de sua função de de planejador da economia. Nem as mercadorias exportadas, quase todas originárias do setor primário, em particular da agricultura, nem aquelas importadas para a indústria e para o consumo interno, poderiam contar com a participação de empresas privadas, fossem estas industriais ou comerciais. Vê-se, portanto, que a restauração da liberdade de comércio a partir da NEP foi circunscrita ao mercado interno.

Numa das raras oportunidades em que foi proposta a flexibilização daquele monopólio, Lenin, num de seus últimos documentos, argumentou que qualquer outra forma de protecionismo na Rússia daquela época,

como por exemplo uma política aduaneira, seria completamente fictícia para extrair parte dos lucros auferidos pelos capitalistas nas transações de mercadorias com o exterior. A abertura, mesmo que parcial das fronteiras, traria perigos graves por permitir a penetração na Rússia, sem a menor possibilidade de controle, da pequeno-burguesia e de agentes de todo gênero vinculados ao exterior (LENIN, 1979c, p. 614-617).

5 Cooperação

Em maio de 1923 Lenin dá a conhecer seu texto *Sobre a cooperação*, que praticamente seria sua última contribuição para a organização econômica nesta fase da transição ao socialismo (LENIN, 1980, p. 657-662). Neste texto, objeto de interpretações variadas após a sua morte, ele aprofunda seu entendimento a respeito do papel da *cooperação* como um importante fator para o desenvolvimento do socialismo, em particular porque vê esta forma de reunião dos agentes econômicos de determinado setor da economia como bastante vantajosa na condução da economia pequeno-burguesa para o socialismo. Em outras palavras, tratar-se-ia de mecanismo poderoso visando a neutralização das atividades hostis do elemento pequeno-burguês contra o socialismo e, assim, apresentar-se-ia como insubstituível para a concretização de um resultado vitorioso do socialismo contra o mercado e o seu regulador determinante, a lei do valor.

Portanto, o êxito da NEP decorreria por intermédio da liberdade de comércio e do exercício da livre iniciativa, vale dizer, da manifestação do direito da acumulação privada para milhões de indivíduos. Estas categorias do mundo mercantil forneciam, evidentemente, o combustível necessário para o fortalecimento das tendências capitalistas na economia soviética contra as tendências socialistas. O poder operário, em seu objetivo de dispor dos excedentes gerados na agricultura, sobretudo, como fonte de financiamento da industrialização, e procurando transformar esses agentes que atuavam sob o regime da acumulação privada em elementos socialistas, teria que lançar mão de mecanismos

de **verificação e controle** sobre os mesmos, procurando subordiná-los aos interesses históricos principais. Para Lenin (1980, p. 657), o melhor caminho para isso seria a concretização da cooperação, extensivamente, a via “mais simples, fácil e acessível para o camponês”, e passaria pelas práticas de convencimento, assentadas nos meios materiais, quer dizer, desideologizadas e amplamente democráticas.

Lenin vislumbra no princípio “cooperativo” a forma mais prática e eficiente de reunião de “verdadeiras massas da população”. Toda uma série de medidas diferenciadas deveriam ser implementadas para as cooperativas, significando, por exemplo, apoios na forma de créditos, assistência técnica, orientação de comercialização etc, numa situação de privilégios ante as empresas privadas e até mesmo com relação a indústria pesada estatal.

Não resta dúvida que Lenin vislumbrava o desenvolvimento da cooperação como um processo de muitos anos, para o que seria necessário uma certa etapa de reconstrução/construção industrial. Sem esta etapa, os meios materiais, evidentemente, não poderiam ser oferecidos no sentido da aquisição de uma garantia de maior comodidade e melhoria das condições de vida de amplas massas, quer dizer, da ampla maioria da população, que seriam canalizadas mediante este processo para o socialismo.

Mas, o conceito de cooperação tem para Lenin o próprio significado de socialismo. Possui não apenas um caráter material, mas também o sentido de uma revolução cultural. As empresas cooperativas são equiparadas a empresas coletivas pelo fato de que os meios de produção que elas empregam pertencem ao Estado, à classe operária. Assim, o crescimento da cooperação teria como conseqüência inevitável o crescimento do socialismo e, a partir disto, desde que não houvesse a restrição internacional representada pela ameaça permanente de uma ação militar e econômica contra o Estado soviético, seria necessário mudar radicalmente o ponto de vista completo sobre o socialismo, que seria a transferência do centro de gravidade da esfera política, da conquista do poder, para a da ação “cultural” (LENIN, 1980, p. 661-662).

6 Síntese à guisa de conclusão

A análise conduzida acima delinea um modelo leninista de desenvolvimento econômico inscrito no processo de construção do socialismo na URSS. Partindo do reconhecimento da necessidade da coexistência, em termos concretos, de categorias mercantis-capitalistas e socialistas, num universo político em que a burguesia estaria desprovida do poder, Lenin chama a atenção para a função fundamental da classe operária e de seu poder no sentido de conduzir o desenvolvimento capitalista, no interior do espaço socialista, a um desfecho favorável à concepção de uma sociedade igualitária.

Como não poderia ser diferente, esse modelo reflete um conjunto de relações sociais conflituosas e, portanto, contraditórias. Mas, a simples colocação da questão do desenvolvimento socialista segundo esta formulação leva ao aparente paradoxo representado pela possibilidade de realizá-lo mediante um procedimento que incorpora em grande monta meios opostos ao objetivo desejado. Entretanto, considerando a essência do próprio movimento histórico como descrito pelo marxismo, o que se verifica como resultado é, antes de tudo, a contradição e não a sua impossibilidade. Antes que se possa postular a construção do socialismo utilizando-se do próprio capitalismo, a coexistência dessas duas tendências antagônicas já se faz presente ainda enquanto o modo de produção capitalista persiste enquanto tal.

No país atrasado que faz sua revolução proletária, o meio mercantil, com seu expoente principal, o mercado, e outras categorias que lhes são inerentes, marcam presença num ambiente de relações econômicas heterogêneas. A organização econômica assim concebida é dirigida, contudo, pela expressão socialista, que se apresenta por intermédio das relações socialistas dominantes tanto no campo econômico quanto no campo político desta sociedade contraditória. É uma organização de transição que deveria tender ao desaparecimento mediante a ampliação permanente dos elementos socialistas, cujo fim perseguido representa uma determinada homogeneidade dos procedimentos econômicos.

Sob tal pressuposto pode-se identificar em Lenin três elementos principais nas suas reflexões na linha constitutiva de um modelo de desenvolvimento, ou de seu modelo associado à efetivação da primeira etapa da acumulação socialista. São eles, o *imposto em espécie*, o *capitalismo de Estado* e a *cooperação*. É necessário, portanto, verificar em que sentido essa formulação torna-se coerente.

Não resta dúvida que Lenin pensou no mercado como categoria orgânica fundamental que deveria cumprir na URSS funções *equivalentes* àquelas que orientam o movimento do capital numa economia burguesa. Em primeiro lugar, porque a liberdade de acumulação privada e do livre comércio, voltada sobretudo para a pequena produção agrícola (elemento pequeno-burguês), tem no mercado um sistema próprio em que sua internalidade é o elemento determinante da produção e da acumulação. Em segundo lugar, porque para as demais empresas não pertencentes à economia agrícola, destacando-se as unidades de produção industriais estatais (elemento socialista) e aquelas constitutivas do capitalismo de Estado, o mercado é um fator orientador para a eficiência, qualidade, lucratividade, quer dizer, para que o cálculo econômico possa ser praticado.

Para estes dois últimos tipos de empresas o mercado é um fator externo, não constitui para as mesmas um sistema próprio, mas aparece perante elas decisivamente. Entretanto, a lei do valor regula a produção neste estágio do desenvolvimento socialista apenas relativamente, dado que o Estado detem o monopólio do comércio externo e dos principais meios de transportes, a propriedade das unidades industriais e “escolhe” as unidades que serão entregues aos capitalistas sob concessão na conformação do capitalismo de Estado.

A lei do valor, como não poderia deixar de ser, tem maior grau de liberdade implicitamente às atividades da produção mercantil camponesa. Ao camponês não é determinado pelo Estado o que produzir e quanto produzir. E o preço que recebe pelo seu produto também tem sua formação final no mercado. As únicas “interferências” sobre sua “livre iniciativa” são a obrigação de entregar ao Estado, sob a forma do imposto em espécie, uma parte de sua produção e a restrição na utilização do

trabalho assalariado, além do impedimento de exportar diretamente sua mercadoria. É possível depreender, dessa maneira, que estas duas interferências podem ser considerados como limites, pelo lado estatal, à acumulação privada no campo.

Já no que respeita à economia estatal e ao capitalismo de Estado há uma evidente regulamentação. Estão presentes quase exclusivamente no setor industrial. A indústria é o objetivo a ser perseguido, no longo prazo, enquanto lógica econômica socialista e, no curto e médio prazos, enquanto dispositivo principal da dinâmica econômica. Aqui, mesmo que o mercado seja um fator referencial importante, o que produzir e quanto produzir dependem, antes de tudo, de decisões estratégicas relacionadas com a construção socialista.

A redução da influência da lei do valor é inversamente proporcional ao crescimento do setor estatal da economia. Este, ao se ampliar, induz a utilização cada vez mais extensiva dos métodos da planificação econômica, que, num primeiro momento, segundo a proposição de Lenin, estaria praticamente circunscrita à implantação do capitalismo de Estado. O crescimento do próprio capitalismo de Estado não tem nada de diferente da ampliação da economia estatal em termos do decréscimo da influência da lei do valor.

Como já se viu, o capitalismo de Estado, operacionalmente, significa, preliminarmente, ampliação da grande indústria nacional a partir de capitais privados externos, além da gestão realizada pelos proprietários desses mesmos capitais, ou seus representantes, sobre as empresas cedidas sob concessão. Estes capitais recebem uma remuneração na forma dos lucros, totais ou parciais, gerados nas empresas contratadas, a depender da situação. Certamente, em condições normais, esses lucros serão remetidos para os locais de origem destes capitais no exterior. Por outro lado, qualquer parte do lucro retido pelo poder soviético se transformará em nova acumulação, quer seja na própria empresa geradora, ou em outra, segundo a decisão estratégica orientada por um plano econômico. Mas é fácil perceber que o controle do capitalista sob essa unidade econômica a qual dirige é limitado, embora atue num regime de liberdade relativa, pois

participa de um determinado mercado do qual é um ofertante, podendo vir a ser, inclusive, um monopolista e, por isso, obter um superlucro. Como o próprio Lenin deixou bem claro, a ditadura do proletariado tinha consciência do “tributo” que deveria pagar ao capitalismo mais culto e adiantado, daí o privilégio que esse setor da economia poderia obter (LENIN, 1979d, p. 525-531).

O funcionamento das unidades produtivas sob o capitalismo de Estado seria regulado por um contrato firmado entre o governo soviético e os capitalistas por um prazo determinado, o qual estabelece o produto a ser fabricado, o fornecimento das matérias primas e insumos, as condições de utilização da mão-de-obra, critérios de expansão da planta etc. Ao final desse contrato, que a princípio o governo soviético teria um interesse de duração relativamente longo, a economia estatal absorveria uma unidade produtiva pronta e em pleno funcionamento, significando o cumprimento de uma determinada etapa na expansão das forças produtivas internas. É possível supor, também, em função de interesses estratégicos, a interrupção do contrato por iniciativa do Estado, com uma indenização ao capitalista concessionário, depois de decorrido certo tempo de funcionamento da empresa.

O processo industrializatório, que na visão leninista tem no capitalismo de Estado o seu principal eixo num período determinado, objetivava a criação de uma oferta de produtos industriais à economia camponesa e, por essa razão, possibilitar ao Estado participar das trocas internas, viabilizando a circulação de mercadorias. Se a indústria não fosse recuperada e, além disso, não experimentasse um crescimento, a economia agrícola produziria somente para a subsistência, ou, quando muito, ficaria estagnada, limitando o abastecimento alimentar do setor urbano da nação. Entretanto, em tese, a expansão da acumulação agrícola deveria impulsionar o crescimento da indústria.

Todavia, a expansão industrial apoiada na agricultura é limitada pela natureza desta última. Baseada na iniciativa privada e no mercado livre, a economia agrícola está permanentemente sujeita às oscilações particulares dos ciclos econômicos inerentes à lei do valor. A agricultura

camponesa, ao contrário da indústria, representava a atomização das unidades produtivas. Entre todos os setores econômicos era aquele que dispunha da maior liberdade para a ação da livre iniciativa e do interesse individual. Era o setor de composição pequeno-burguesa por excelência e, por conseguinte, governado pelo espontaneísmo. Neste sentido, conformava-se enquanto a antítese da economia estatal e do capitalismo de Estado. Na agricultura, espontaneamente, tendencialmente a lei do valor caminhava para a expansão, para a ocupação de um espaço cada vez maior. Já para economia estatal e o capitalismo de Estado a tendência também era a de expandirem-se, contudo com o espontaneísmo sensivelmente diminuído.

A agricultura russa, liberada do confisco de suas colheitas e das restrições à livre iniciativa, tinha motivação suficiente para responder às necessidades da demanda. Uma situação concreta se apresentava neste sentido: no curtíssimo prazo, a exigência de recomposição imediata da oferta agrícola ao consumo pessoal interno. A médio prazo, em virtude da concretização de uma esperada estabilidade, o crescimento da demanda dos produtos originados na agricultura por conta da elevação do consumo pessoal, em face da geração de um nível de renda mais elevado e do incremento do consumo dos demais setores econômicos que tem estes bens como matéria prima.

A reativação imediata da agricultura não exigia muito mais do que a utilização em escala mais ampla das forças produtivas simples já presentes, de caráter pré-capitalistas, no interior do mundo rural russo. Para que fossem colocadas em ação bastaria pouco mais que a efetivação da motivação anteriormente mencionada.

É deste quadro francamente mercantil, regulado pela atuação aberta da lei do valor, que emanavam as barreiras potenciais para a expansão da economia socialista de acordo com as perspectivas de Lenin. Pois, se num primeiro momento a economia pequeno-burguesa é o fator determinante para a reativação do funcionamento da economia como um todo, a partir de determinados limites ela se transforma numa restrição praticamente intransponível. A natureza das relações que governam a ação do pequeno

produtor acaba se impondo. Ora, a oferta agrícola, *ex post*, está sujeita a expansões e contrações em função, sobretudo, do preço cotado pelo mercado. Na fase de reconstrução da economia soviética, considerando-se satisfeitos determinados níveis mínimos de consumo alimentar, a oferta de alimentos crescia mais rapidamente do que a demanda em função desta última depender, principalmente, da evolução da renda do setor industrial que, pela própria natureza de suas forças produtivas, acontecia mais lentamente relativamente à agricultura.

Configurava-se a perspectiva de um cenário de abundância relativa de produtos agrícolas perante uma escassez relativa de mercadorias produzidas pela indústria. Nas trocas entre os dois setores os preços relativos eram favoráveis à indústria e, assim, o camponês tendia a reter parte da produção ou a diminuir as sementeiras seguintes. Em 1923 este fenômeno soviético, em vista de sua concretização na prática, seria chamado por Trotsky de “crise das tesouras”.

É justamente em 1923 que Lenin escreve seu texto mais abrangente sobre a cooperação. Há fortes motivos, portanto, para se acreditar que ele preocupava-se fortemente com a independência do setor pequeno-burguês da economia, daí o interesse em descrever com mais precisão o cooperativismo como um pilar fundamental de seu modelo de desenvolvimento.

Isto decorre, certamente, de que a liberdade de ação no campo apresentava-se como uma limitação à ampliação da acumulação industrial, pois as trocas entre os dois setores estariam sujeitas a oscilações que comprometeriam o plano de expansão na indústria. Ao mesmo tempo, é lícito supor-se, a exploração agrícola em parcelas individuais, em geral, tem uma pobre vocação para a industrialização da agricultura *vis-à-vis* a agricultura coletivizada. Nos casos particulares em que elas crescem sustentadamente apoiando-se em bens industriais tornam-se uma ameaça política ao socialismo quando, para continuarem a acumulação além de certos limites, exigem a criação/recriação dos meios materiais e políticos de ordem exclusivamente capitalistas.

Não resta dúvida, são variáveis restritivas significativamente importantes à constituição de uma demanda estável e crescente pelos produtos industriais. Se esta demanda, em grande escala, deveria se originar da agricultura por um tempo relativamente longo da construção do socialismo na URSS, seria necessário alterar profundamente a composição organizativa das explorações rurais no sentido da retração da atuação da lei do valor. Por um lado, representaria a criação dos fundamentos da planificação das atividades agrícolas e, por outro, procurava unificá-las à indústria na via da constituição de um sistema econômico mais homogêneo no qual a lei do valor estaria numa posição bem mais subordinada.

Contudo, antecipando essa necessidade antes que a prática a domonstrasse, já em 1921 Lenin dizia, argumentando em defesa do imposto em espécie e do capitalismo de Estado como elementos indispensáveis da Nova Política Econômica:

[...] o capitalismo “cooperativo”, diferentemente do capitalismo privado, constitui, sob o poder soviético, uma variedade do capitalismo de Estado, e, como tal, nos é útil e proveitoso por agora; em certa medida, entenda-se. Com o imposto em espécie, significando liberdade de venda das sobras (do que não foi recolhido sob a forma de imposto), nos é indispensável fazer esforços para que **esse** desenvolvimento do capitalismo – já que a liberdade de venda, a liberdade de comércio é um desenvolvimento do capitalismo – seja dirigido em direção ao capitalismo cooperativo. Este se assemelha ao capitalismo de Estado no sentido de que facilita o registro, o controle, a vigilância, as relações contratuais entre o Estado (neste caso, o Estado soviético) e o capitalismo. A cooperação como forma de comércio é mais vantajosa e útil do que o comércio privado, não só pelos motivos indicados, mas também porque facilita a unificação, a organização de milhões de habitantes e, em seguida, de populações inteiras, sendo esta circunstância, por sua vez, uma enorme vantagem do ponto de vista da posterior passagem do capitalismo de Estado para o socialismo. [...] (LENIN, 1987, p. 162).

Conseqüentemente, para se verificar coerência nas proposições de Lenin, seria necessário fazer-se distinção entre as explorações agrícolas isoladas e aquelas implícitas ao “capitalismo cooperativo”. Não é difícil entender que Lenin via nesta cooperação o embrião da coletivização da agricultura, o seu ponto de partida. Assim, pois, o desenvolvimento do capitalismo de Estado exigia a organização da cooperativização em formas determinadas, que teriam a conotação daquilo que chamou de “capitalismo cooperativo”, distinto do capitalismo em si. Este deveria ter sua existência limitada no sentido de opor-se cada vez menos ao socialismo:

[...] já que não temos forças para realizar a passagem direta da pequena produção ao socialismo, o capitalismo é, *em certa medida*, inevitável, como produto espontâneo da pequena produção e da troca, e por isso mesmo devemos aproveitá-lo (dirigindo-o especialmente para a via do capitalismo de Estado) como um grau intermediário entre a pequena produção e o socialismo, como recurso, caminho, procedimento ou método para aumentar as forças produtivas [...] (LENIN, 1987, p. 165, grifo nosso).

Ao considerar o quadro das relações sociais de natureza distintas observadas na Rússia após a revolução, Lenin admitia a interrelação entre as mesmas numa forma tal que a possível unidade a ser retirada dessa conjugação apontasse para o socialismo enquanto fim. Se o capitalismo deveria participar como um dos *meios*, somente poderia ser admitido como um *fim* em si mesmo até certo ponto. Os princípios mercantis-capitalistas da livre iniciativa, estímulo à acumulação privada e a liberdade de comércio, não deveriam manifestar-se isoladamente, mas sim dentro de uma esfera que os induzissem a transitarem para o socialismo, quer dizer, nesta etapa da acumulação primitiva, para o capitalismo de Estado enquanto capitalismo “cooperativo”.

Nos dois primeiros anos da NEP a atividade pequeno-burguesa não sofreu grandes restrições diante da necessidade imperiosa de recuperação imediata da oferta de alimentos. O capitalismo *para si* não deveria encontrar grandes barreiras ao seu desenvolvimento. Contudo, esse desenvolvimento, ao final desse período, já teria sido suficiente

para que o dispositivo da acumulação socialista primitiva começasse a ser aplicado integralmente, o que significa dizer o enquadramento deste capitalismo nas peias do capitalismo de Estado. No seu texto de maio de 1923, portanto, editado já quando a NEP concluía seu segundo ano de existência, Lenin diz:

“[...] nem todos os camaradas se apercebem da importância gigantesca, incomensurável, que adquire agora para nós a cooperativização da Rússia. Na NEP fizemos uma concessão ao camponês como comerciante, ao princípio do comércio privado; daí precisamente decorre [...] a enorme importância da cooperação. No fundo, tudo aquilo de que necessitamos é de cooperativizar a população russa em grau suficientemente amplo e profundo sob o domínio da NEP, pois *agora* encontramos o meio de *combinar* os interesses comerciais privados, da sua *verificação e controlo* pelo Estado, o meio da sua *subordinação* aos interesses gerais [...]”. E acrescenta: “[...] uma coisa é fantasiar sobre toda espécie de associações operárias para a construção do socialismo e outra é aprender na prática a construir esse socialismo, de tal modo que cada pequeno camponês possa participar nessa construção. *Já alcançamos agora* esse degrau. E é indubitável que, *tendo-o alcançado*, o aproveitamos muitíssimo pouco” [...] (LENIN, 1980, p. 657-658, grifos nossos).

Ao se concluir a interpretação das formulações econômicas de Lenin deve ser dito que sua compreensão da dialética da transição econômica supõe a admissibilidade dessa transição segundo os contornos da teoria da revolução permanente. Dessa maneira, a transição é traduzida como um período que deve ser equivalente a uma determinada forma da acumulação socialista, correspondendo a uma etapa em que meios e mecanismos para a reprodução socialista ampliada seriam assentados.

No modelo de Lenin o “capitalismo de Estado” corresponde à etapa cujo conteúdo é o da acumulação primitiva. Esse capitalismo de Estado deve ser visto como um *sistema* que desdobra-se mediante a interdependência entre as esferas industrial e agrícola. Na primeira aparece prioritariamente a formação da grande indústria por intermédio

do instrumento das *concessões* oferecidas a capitalistas oriundos dos países capitalistas desenvolvidos. Na segunda a relevância está situada no objetivo de industrialização da agricultura mediante a *cooperativização* da pequena produção agrícola, para o que o ponto de partida situa-se na adoção do livre comércio e do *imposto em espécie*.

Referências

BALANCO, Paulo. *Socialismo e mercado: a dialética econômica da transição nos países atrasados e a ruptura stalinista*. 1997. 268 f. Tese (Doutorado em Economia) – Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 1997.

BUKHARIN, Nikolai. Equilíbrio e dinâmica do sistema social. In: GORENDER, Jacob (Org.). *Bukharin – Economia*. São Paulo: Ática, 1990. p. 82-93. (Os Economistas).

_____. Selected writings on the state and the transition to socialism. In: DAY, Richard B. (Ed.). *Toward a Theory of the Imperialist State*. New York: M. E. Sharpe, 1982.

CARR, E. H. *A revolução bolchevique: 1917-1923*. Porto: Afrontamento, 1979. v. 2.

DAY, Richard B. Leon Trotsky on the dialectics of democratic control. In: WILES, P. (Ed.). *The soviet economy on the brink of reforms: essays in honor of Alec Nove*. Boston: Unwin Hyman, 1988.

GERRATANA, V. Estado socialista e capitalismo de Estado. In: BERTELLI, Antonio Roberto (Org.). *A Nova Política Econômica (NEP)*. São Paulo: Global, 1987.

LENIN, Wladimir Ilitch. Para o quarto aniversário da revolução de outubro. In: _____. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Edições Avante, 1979a. v. 3.

_____. As teses de abril. In: LENIN, W. I.; TROTSKY, L. *A questão do programa*. São Paulo: Kairós, 1979b.

_____. Sobre o monopólio do comércio externo. In: LENIN, W. I. *Obras escolhidas*. Lisboa: Edições Avante, 1979c. v. 3.

_____. Teses do relatório sobre a tática do PCR – III congresso da internacional comunista. In: LENIN, W. I. *Obras escolhidas*. Lisboa: Edições Avante, 1979d. v. 3.

_____. Sobre a cooperação. In: LENIN, W. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1980. v. 3.

_____. O imposto em espécie: o significado da nova política econômica e suas condições. In: BERTELLI, Antonio Roberto (Org.). *A Nova Política Econômica (NEP)*. São Paulo: Global, 1987.

MEYER NASCIMENTO, Victor, A. *Determinações históricas da crise da economia soviética*. 1993. Dissertação (Mestrado em Economia) – UFBA, Salvador, 1993.

TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. *A revolução traída*. São Paulo: Global, 1980.

*Recebido em junho de 2016.
Aprovado em agosto de 2016.*